

Evento	Reunião da Comissão de Acessibilidade e Inclusão
Data	18/6/2025
Horário	14h
Local	Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Desembargadora Coordenadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo;- Juiz Auxiliar da Presidência, Sérgio Polastro Ribeiro;- Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alessandro Tristão;- Juiz Titular André Augusto Ulpiano Rizzardo;- Juíza Substituta Flávia Farias de Arruda Corseuil;- Servidora Coordenadora de Informações Funcionais de Servidores, Giuliana Pardo Policastro La Guardia;- Servidor da Área de Saúde e Fisioterapia, Fauzi El Kadri Filho;- Servidor da Área de Assistência Social, Gilberto Antonio Semensato;- Servidor da Área de Comunicação Social, Roberto Torres Babini;- Servidor da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, Maurício Bonilha Orsi;- Servidor da Assessoria de Gestão Estratégica, Yury Sampaio Silva;- Servidor da Área de Engenharia e Arquitetura, Evison Gomes de Vasconcelos;- Servidor do Gabinete da Juíza Substituta Flávia Farias de Arruda Corseuil, Jairo Maurano Machado;- Servidora da 1ª Seção de Apoio à 3ª Assessoria de Execução de Campinas, Fabiana de Araújo Guerra Grangeia;- Servidora da VT de Tietê, Mercia das Virgens Santos;- Servidor do Gabinete da Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, Rodolfo Jose Andrello;- Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">- Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini;- Juiz Substituto Rafael de Almeida Martins;- Servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação de Comunicações, Marcos Geraldo de Castro Justino;- Servidor da 1ª VT de Assis, Rafael Trombini Sanguini;- Servidor da Seção de Classificação de Processos e Diligências Internas, Jorge Kamal Castro Kfourir;- Servidor da Área de Psicologia, Adelina Maria Pessinatti Ohashi;- Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - SINDIQUINZE, José Aristéia Pereira.
Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- Assuntos gerais

A Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação.

Noticiou que a Desembargadora Presidente autorizou a realização de pesquisa sobre barreiras de acessibilidade, com apenas uma ressalva, a qual já foi adequada. Tal pesquisa será divulgada para magistradas(os) e servidoras(es) em breve.

Dr. André compartilhou que há uma série de determinações a serem cumpridas para atendimento dos normativos dos Conselhos Superiores. A avaliação do TST sobre acessibilidade demonstrou que o Tribunal atende parcialmente os itens pretendidos, com avanço no cumprimento.

Dra. Rita contou que haverá um estudo de despesas para adaptações de acessibilidade física para o Centro de Memória.

Além disso, informou que está em estágio avançado o processo para a criação de uma Seção de Acessibilidade e Inclusão, como unidade autônoma, subordinada à Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, da Assessoria de Gestão Estratégica, a ser integrada, em princípio, pelos servidores Maurício Orsi e Yuri Sampaio Silva.

A Desembargadora Coordenadora também deu ciência à Comissão sobre a busca de soluções para facilitar a comunicação entre a Secretaria de Saúde, os gestores que tem servidoras(es) com deficiência em sua equipe e essas(es) servidoras(es), a fim de aprimorar as respectivas relações de trabalho, com o devido atendimento das demandas específicas das(os) servidoras(es) e a orientação dos gestores sobre forma de atuação, limites de exigência, metas e avaliações. Informou ter realizado reunião com a assessora de acessibilidade do TST, médica diretora da Secretaria de Saúde daquela Corte, o diretor da Secretaria de Saúde do TRT e Diretor Geral, tratando do assunto. Explicou que o TST utiliza um sistema que permite o cadastro detalhado das(os) servidoras(es), onde constam detalhes sobre as características da deficiência, as adaptações necessárias e demais observações feitas pela equipe médica que faz a avaliação e pela assessoria de acessibilidade, que também faz o atendimento. As informações são sigilosas, disponibilizadas somente aos referidos setores. Informou que foi solicitada a verificação da possibilidade de extensão desse sistema de cadastro aos Regionais. Explicou que pretende

realizar nova reunião com o Diretor-Geral, para prosseguir com o assunto, a fim de que sejam prestados esclarecimentos aos servidores sobre a forma atual da Secretaria de Saúde e levantamento de propostas, sobretudo que envolvam capacitação dos gestores. Jairo opinou pela realização de cursos formativos de longo prazo, encontros periódicos, com abordagens como comunicação, acessibilidade de cada sistema, entre outras, para entender as barreiras existentes no meio e enfrentá-las, sobretudo a atitudinal. Des. Rita explicou que a unidade específica de acessibilidade, a ser em breve criada, terá essa atribuição de mediar as relações, como vem sendo feito no TST.

Maurício ratificou que é necessária a aproximação com as pessoas com deficiência e a adoção de medidas que dêem mais visibilidade ao assunto, contribuindo-se, assim, com melhorias em matéria de acessibilidade. O Juiz Sérgio Polastro propôs utilizar os resultados da pesquisa que será realizada para trazer mais ideias e subsídios como elementos para eventuais capacitações e outras providências futuras.

Gilberto reforçou as limitações ainda existentes, a inflexibilidade de gestores em relação a pessoas com deficiência, como em relação ao teletrabalho, conforme tem observado em atendimentos em seu setor.

Giuliana compartilhou que os itens do SIGEP disponíveis para preenchimento regional só permitem, por exemplo, a inclusão de um tipo de deficiência, não mais. Falou da importância de mapeamento, da escuta do novo servidor, de mais informações para acertar melhor.

Juiz Sérgio recordou que há, ainda, a necessidade de que as demandas cheguem ao conhecimento da Administração, para que seja possível estudar letramentos, melhorias e capacitações.

Gilberto levará ao subgrupo interno uma proposta de formulário que confeccionou, para trazerem as manifestações na próxima reunião.

A Desembargadora Rita afirmou que a mudança de cultura e a sensibilização são focos fundamentais também para a organização do evento da Comissão em parceria com a Escola Judicial. Pediu que os integrantes pensem nos temas para o próximo seminário, como lutas e resgate histórico do movimento social das pessoas com deficiência, que levaram à Lei

Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), entre outras. Jairo lembrou os nomes da Professora Izabel Maior e da Luíza de Souza Leão Almeida, servidora chefe da unidade de acessibilidade do TRT-8, bem como do especialista em Educação Especial, Gustavo Piccolo. Foi estabelecido um grupo para providências relativas ao seminário do segundo semestre: Dra. Rita, Dra. Daniela, Dr. André, Dra. Flávia e Jairo.

Evison trouxe que a identificação dos banheiros precisa ser em braile, com o termo “Acessível” junto ao pictograma, atendendo à ABNT. O fluxo será impulsionado pela Área de Engenharia e Arquitetura.

O texto do banner elaborado pela Comunicação Social para a campanha de tradução em Libras e/ou geração de legendas durante audiências e sessões telepresenciais foi discutido, com solicitação para que a imagem seja atualizada para o ícone representativo de Libras. Dr. Sérgio e Dr. Alessandro sugeriram retirar o trecho que diz respeito a providências internas do Tribunal. Dr. Alessandro ficou responsável por levar ao conhecimento do Comitê Regional do PJe, para eventuais sugestões. Dra. Rita requereu retirar o prazo para as partes, mantendo que a pessoa interessada deve comunicar às unidades. Se for o caso, sugerir que passe a constar esse prazo nas normas internas da Corregedoria Regional.

A Comissão agradeceu e parabenizou a Dra. Rita pelo tempo e dedicação a este Colegiado e à temática de acessibilidade e inclusão.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora agradeceu a presença e encerrou a reunião às 16h02.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	18/6/2025
Ata aprovada por	Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo	Em	24/6/2025